

Provea cumpliu 25 anos lutando pelo respeito aos direitos humanos na Venezuela. Neste seu sétimo boletim internacional, o Programa Venezuelano de Educação Ação em Direitos Humanos oferece a seus leitores informação sobre os crescentes rasgos autoritários da gestão do novo governo, o qual imita parte das características da tristemente célebre Doutrina de Segurança Nacional. Como tópico específico, nosso boletim analisa o impacto das políticas públicas extrativistas sobre os direitos dos povos indígenas e o direito a um meio ambiente saudável. Finalmente, vamos compartilhar nosso aniversário número 25, nossas dificuldades e nossos desafios no contexto atual venezuelano.

Nosso boletim está disponível nos idiomas Espanhol, Português, Inglês e Francês na página web <http://www.derechos.org.ve>. Agradecemos suas sugestões e comentários ao e-mail boletin@derechos.org.ve.

Quer conhecer o cenário de 20 direitos humanos nos últimos 15 anos na Venezuela? Consulte nosso relatório especial **"15 anos sobre direitos humanos: inclusão no social, exclusão no político"**

> TEMA GLOBAL

Devido às críticas, o Executivo Nacional retira noção de "inimigo interno e externo" da nova legislação

O passado dia 07 de outubro, segundo Gazeta Oficial 405.839, o Executivo Nacional criou uma nova organização chamada Centro Estratégico de Segurança e Proteção da Pátria (CESSPA). Seu objetivo era "Unificar o fluxo de informação sobre aspectos sensíveis da segurança, defesa, inteligência e ordem interno, relações exteriores e outras instituições públicas e privadas precisas para facilitar e ajudar o processo de tomada de decisões, bem como prever e neutralizar possíveis ameaças a seus interesses essenciais". Segundo o decreto, o CESSPA "vai requerer, organizar, integrar e avaliar informações de interés para o nível estratégico da Nação, com relação à atividade inimiga interna e externa originada em todos os órgãos de segurança e inteligência do Estado e outras agências públicas e privadas, conforme a necessidade da Direção Político-Militar da Revolução Bolivariana". Provea e o resto das organizações começaram a denunciar possíveis violações de direitos humanos que podiam ocorrer como resultado de introduzir pela primeira vez no marco legal do país as noções de "inimigo interno" e "inimigo externo" que caracterizaram a chamada "Doutrina de Segurança Nacional" na região. Foi precisamente essa doutrina que fez tanto dano nas décadas dos anos sessenta e setenta aos países que hoje fazem parte do bloco regional MERCOSUL. Ela foi pretexto para fazer grandes violações aos direitos humanos por parte das ditaduras da época.

Crescentes rasgos autoritários na administração do governo eram antecedentes desta decisão. Alguns desses rasgos existiram durante o governo do ex-presidente Hugo Chávez:



Photo: Soberania.org

- O desenvolvimento de um discurso e normas sobre a existência de um inimigo interno a ser vencido, quem deve ser punido "como manda a lei". Para isso, usa-se o sistema de justiça, **impõe-se a censura das opiniões críticas e se estabelecem códigos do que se pode ou não informar ao povo**. Usa-se o Sistema Público de Informação para lançar campanhas dirigidas a fazer setores de o povo odiar esses "inimigos internos". Um exemplo desse discurso é mostrado claramente na agência oficial de notícias, quando informou sobre o Presidente Maduro tomando juramento da chamada União Cívico Militar: **"Chamou o povo a conhecer muito bem quem são os inimigos da pátria (...) nome e apelido, onde eles estão, o que eles acham, qual é a psicologia deles"**.

- A militarização da administração pública, não somente situando militares ativos e retirados em cargos altos e meios, mas também impondo toda uma lógica operativa que consiste

em mandar e obedecer, desaparecendo assim os processos de consulta e participação.

- O uso da Força Armada ante o protesto social, principalmente aquelas levadas a cabo pelos empregados das empresas básicas do Estado. Isso vem acompanhado de **ameaças de despedir os empregados em greve e um discurso que criminaliza a atividade sindical**.

- A militarização das atividades de segurança cidadã, abandonando gradualmente o esforço feito desde 2006 para criar e aplicar uma doutrina democrática em torno do crime. Essa militarização impõe-se violando o artigo 332 da Constituição e o Decreto que criou a Missão A Toda Vida Venezuela. Na nova visão do governo do Maduro, **as atividades de defesa nacional e segurança interna fundem-se para confrontar e vencer os “inimigos da pátria”**.

- Os esforços permanentes para organizar e envolver setores do povo para eles lutarem **contra os “inimigos da revolução” usando para isso os recursos do Estado**.

Como consequência da denúncia de diferentes setores do país, o governo do Presidente Nicolás Maduro eliminou os conceitos mais perigosos da nova instituição estatal. Porém o aspecto positivo dessa decisão, esta foi aplicada de maneira irregular, enfraquecendo a institucionalidade democrática no país. A Gazeta Oficial 40.266 de 07 de outubro de 2013 incluiu uma “reimpressão por erros nos originais” do decreto 458 que estipulava a criação do CESSPA, mudando-o substancialmente. Um dos artigos corrigidos foi o número 3, o qual explica o objeto da instituição, desaparecendo a frase “associadas à atividade inimiga interna ou externa”, considerada no texto original.

O Presidente Maduro tem perdido uma oportunidade para o diálogo com o objetivo de corrigir os aspectos mais perigosos

da nova instituição. Desde Provea, reiteramos que o país não precisa de mais confrontação, mas novos espaços de diálogo para explorar consensos mínimos perante problemas sérios que afetam o povo, especialmente **insegurança, alto custo da vida, escassez e deficiências nos serviços públicos**.

Dicas

Desde sua fundação, todos os governos têm criminalizado o trabalho de Provea. Somente têm mudado os adjetivos para desqualificá-la.

Entre as ações de Provea, podemos nomear as seguintes:

- Assessorou o presidente Nicolás Maduro quando, sendo dirigente sindical, seu foro sindical foi violado na companhia Metro de Caracas.
- Durante o Golpe de Estado de 2002, pediu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos medidas cautelares em favor do então presidente Hugo Chavez.
- Foi corredor da Lei de Asilo e Refúgio e da Lei de Vivienda e Hábitat em curso.
- Por meio de um recurso de amparo, freou a cobrança de matrícula na Universidade Simón Bolívar, um ensaio do ex-presidente Rafael Caldera para eliminar a educação pública gratuita.
- Tem defendido asilados políticos vascos, colombianos, peruanos e centos de refugiados colombianos. Também tem defendido oficiais dos corpos de segurança do Estado cujos direitos humanos foram violados.

> TEMAS ESPECÍFICOS

Extrativismo e direitos indígenas

O governo do Presidente Maduro, continuando a promessa feita pelo seu antecessor Hugo Chávez, tem prometido aumentar a produção de cruído a seis milhões de barris diários e de gás a 11.9 milhões de pés cúbicos para o ano 2019, conforme o chamado “Plano Pátria Segura 2013-2019”, entre outros recursos naturais a serem explorados. No entanto, muitas das jazidas a serem desenvolvidas estão em territórios indígenas e não têm sido tomadas as previsões estabelecidas no artigo 120 da **Constituição da República Bolivariana da Venezuela** sobre o exercício do direito à consulta prévia, livre e informada como condição para aproveitar os recursos naturais nos habitats indígenas por parte do Estado. Segundo o censo demográfico 2011, **as comunidades nativas do país estão formadas por 725.148 pessoas**.

O aprofundamento de uma economia de tipo extrativa no país é feita sem atenuar os impactos sociais e ambientais que ela causa. De acordo com o **diagnóstico ambiental feito no ano 2010 pela rede ambientalista ARA**, “no caso da exploração petrolífera, seus impactos não só ocorrem na zona de produção, mas continuam nos processos de transporte, refinação e distribuição”. Segundo o relatório, “Não se tem informação precisa sobre as medidas de mitigação e compensação, bem como dos processos



Comunidades Pemon desarmaram soldados por exercer mineração ilegal. Correo del Caroni

de controle e supervisão necessários para prevenir a geração de danos ambientais e sociais sérios”. A respeito da mineração, há problemas adicionais como a presença dos chamados garimpeiros e denúncias sobre a participação de oficiais militares na exploração de diferentes minas. A Coordenadora de Organizações Indígenas do Amazonas (COIAM) tem dito que “A entrada

de garimpeiros no território venezuelano tem sido constante e cíclica, e perante esta situação, as respostas do Estado venezuelano em matéria de tomar ações efetivas para controlar a presença sistemática dos mineiros ilegais do Brasil em terras Yanomami têm sido bem deficientes, pouco estruturadas e sem seguir planos específicos”. Além disso, comunidades Pemón da região Gran Sabana desarmaram oficiais militares em duas oportunidades quando eles faziam atividades de mineração ilegal. Os indígenas também denunciaram maus tratos por parte de oficiais das Forças Armadas contra as comunidades e o uso da justiça militar contra seus líderes detidos. Sobre a poluição gerada pela indústria petrolífera em comunidades indígenas, Provea tem confirmado as denúncias do grupo Kariña de Tascabaña, estado Anzoátegui, respeito da emissão de gás metano em sua principal afluente de água, o qual impediu a tradicional colheita de alimentos e fornecimento de água por meio de caminhões e tanques pagos pela própria indústria petrolífera estatal Petróleos da Venezuela (PDVSA).

O artigo 119 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999, que aponta a obrigação do Executivo Nacional de demarcar e garantir o direito à propriedade coletiva de suas terras, não tem sido cumprido de modo algum. A disposição transitória décimo segunda dava um prazo de dois anos para o processo de demarcação, mas até hoje menos de 5% do território das comunidades aborígenes tem sido demarcado e entregue a seus proprietários. Para Provea, uma das principais causas desta estagnação é a presença de diferentes recursos energéticos e minerais. A ausência de garantias no direito à terra indígena tem sido moti-

vação de conflitos em diferentes zonas do país, especialmente no estado Zulia. Provea revelou [em seu Relatório Anual 2012](#) que durante esse ano foram assassinados seis indígenas Yukpa devido a conflitos relacionados à posse da terra. Em 03 de maio de 2013 foi assassinado o chefe Yukpa Sabino Romero, quem tinha liderado diferentes ações para exigir seus direitos, pressionando para a demarcação de hábitat indígena e rejeitar a exploração de minerais em suas terras. Ainda que as autoridades tenham mostrado celeridade na detenção e ajuizamento dos supostos autores materiais, organizações sociais do estado Zulia têm exprimido dúvidas sobre a transparência da investigação, bem como da falta de vontade política para punir os autores intelectuais do crime.

Ante essa situação, Provea tem exigido aos poderes públicos:

- Avançar nos processos de demarcação das terras indígenas, como está estabelecido na CRBV e na Lei Orgânica de Povos e Comunidades Indígenas (LOPCI).
- Fazer estudos transparentes de impacto ambiental para medir o grau de poluição gerado pela atividade extrativa nos territórios indígenas, divulgando os resultados como base para o exercício da consulta prévia, livre e informada das comunidades aborígenes dos projetos que vão ser desenvolvidos em seu território.
- Investigar e punir de maneira transparente, expedita e segundo a lei os assassinatos de indígenas no contexto de conflitos relacionados à posse da terra.

> CONJUNTURA

Provea: 25 anos defendendo e promovendo os direitos humanos

Neste mês de outubro, Provea tem cumprido 25 anos defendendo os direitos humanos na Venezuela desde sua criação em 1988. Esse ano, 14 pescadores foram assassinados na zona fronteira com a Colômbia pelos corpos de segurança do Estado e depois foram passados por subversivos colombianos mortos em combate. Esta ação se conhece como o Massacre de El Amparo. Provea acompanhou as vítimas na busca de justiça e levou o caso ante o Sistema Interamericano, atingindo a [primeira condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado venezuelano](#). Posteriormente, continuou apoiando as vítimas dos crimes de El Caracazo (1989), as tentativas de Golpe de Estado em fevereiro e novembro de 1992, as desapareções forçadas realizadas pelo Exército e polícias em meio do desabamento no estado Vargas (1999), o Golpe de Estado de 2002, entre outros.

Provea também tem ajudado na construção de uma normativa legal favorável aos direitos humanos, particularmente na discussão e redação de normas sobre direitos humanos que aparecem hoje na Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999 e na adoção das normas sobre refugiados e asilados e da lei de vivenda e hábitat. Ao mesmo tempo em que desenvolvia estratégias educativas, aplicou estratégias junto com as vítimas



Primeira apresentação do Relatório Anual de Provea, dezembro 1989. Photo: Provea

para defender [a gratuidade da educação universitária](#) e o direito à saúde em casos como intoxicação massiva de pacientes e pessoal

médico em 1993 no Hospital “José Antonio Vargas” em Maracay, estado Aragua, entre outros casos.

Mas os avanços no nível informativo ou no nível de direitos como educação ou alimentação contrastam com os crescentes rasgos autoritários na administração do governo do Presidente Nicolás Maduro, os quais geram condições favoráveis para a violação de direitos humanos. Por outro lado, o direito à participação cidadã na gestão do Estado está sendo condicionado à afinidade política das pessoas que apoiam o Governo enquanto põe em prática o projeto de um estado comunal que se subordina às organizações sociais e populares.

Além do mais, existe um crescente processo de militarização, tanto da administração pública quanto das atividades de segurança cidadã, enfraquecendo o esforço feito desde 2006 para criar e instalar uma visão democrática respeitosa dos direitos humanos no enfrentamento do crime. Iniciativas como a construção de um novo modelo policial através da Universidade Experimental da Segurança hoje enfrentam a dispersão da Força Armada Nacional Bolivariana para responder os problemas sérios de segurança cidadã que vive o país. Um fator adicional é a impunidade das violações dos direitos humanos, feitos pelos corpos de segurança durante suas atividades para controlar o crime.

Provea tem reconhecido os avanços do Estado em matéria de direitos econômicos sociais e culturais, mas sempre vigilante e crítica perante situações de violação aos direitos humanos. [Suas fontes de financiamento estão claramente expostas em seu web](#)

site como parte do direito das organizações de direitos humanos a receber cooperação internacional para fazerem seu trabalho. Não têm faltado epítetos e desqualificações desde o Poder Executivo quando Provea tem feito seu trabalho de maneira independente, monitorando a situação de direitos humanos e denunciando as violações a esses direitos.

Um discurso de ameaças e intimidações se tem instalado no alto governo como política de Estado contra a dissidência interna e frente ao protesto social. Particularmente, as organizações de direitos humanos são hoje um dos objetivos dessa política. Recentemente, uma comissão especial foi criada na Assembleia Nacional - formada por deputados oficialistas - para investigar a contribuição internacional às ONG na Venezuela. Conforme um de seus membros, [a primeira reunião dessa comissão foi feita com instituições de inteligência e segurança do Estado](#). Neste contexto, não se podem tirar os olhos da aprovação da Lei de Cooperação Internacional, destinada a controlar o financiamento das organizações sociais que recebem fundos do exterior.

Agora e como sempre, as organizações de direitos humanos cumprem um papel fundamental para a vigência da democracia na Venezuela. O Estado venezuelano tem a obrigação, de acordo com o direito nacional e internacional, de garantir os defensores de direitos humanos seu direito de realizar essa atividade. Provea, como organização independente, está sempre disposta a participar nos diálogos construtivos com o Estado, visando proteger os direitos das vítimas e contribuir com as políticas públicas necessárias para garantir os direitos humanos.

Apoiar ativistas de direitos humanos



Já está disponível o Relatório Anual 2012 sobre a situação de Direitos Humanos na Venezuela no sítio web da PROVEA: www.derechos.org.ve.

PROVEA
todos
los derechos
para todas
y todos

Programa Venezolano de Educación – Acción en Derechos Humanos

Tienda Honda a Puente Trinidad, Bulevar Panteón, Parroquia Altigracia,
Edif. Centro Plaza Las Mercedes, P.B. Local 6, Caracas, Venezuela

Apartado Postal 5156, Carmelitas 1010-A

Teléfonos: (58) 212-860.66.69 / 862.53.33 / 862.10.11

Sítio web: <http://www.derechos.org.ve>

Twitter: @_provea

E-mail: investigación@derechos.org.ve